

ELETRICIDADE RENOVÁVEL

PROGRAMAS PARA AS

ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024

Esta análise e resumo da APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis aos Programas para as Eleições Europeias dos Partidos Políticos com assento parlamentar tem por base 5 eixos fundamentais à valorização da eletricidade renovável direta e indireta, para garantir o cumprimento dos compromissos internacionais de descarbonização, a segurança de abastecimento e a competitividade da economia nacional e europeia.

O setor da eletricidade renovável direta e indireta poderá garantir, num futuro próximo, preços competitivos de energia, trazendo maior competitividade à Europa e defendendo o consumidor da instabilidade energética, que advém da dependência externa dos combustíveis fósseis. Por outro lado, a transição energética, com base em tecnologias limpas, é motor para a descarbonização e sustentabilidade. Este setor, sendo já hoje uma área de atração de investimento e emprego técnico e qualificado, deverá ser sediado na Europa, e independente de qualquer relação com terceiros, garantindo assim a segurança de abastecimento e dependência energética em toda a cadeia.

No entanto, o setor requer estabilidade política, regulatória e financeira, que promova um conjunto de fatores fundamentais para que garantem um mercado estável e atrativo ao investimento.

Neste sentido fica, uma breve análise dos programas com base em 5 eixos, bem como o resumo dos programas dos conteúdos relativos à área da eletricidade renovável direta e indireta.

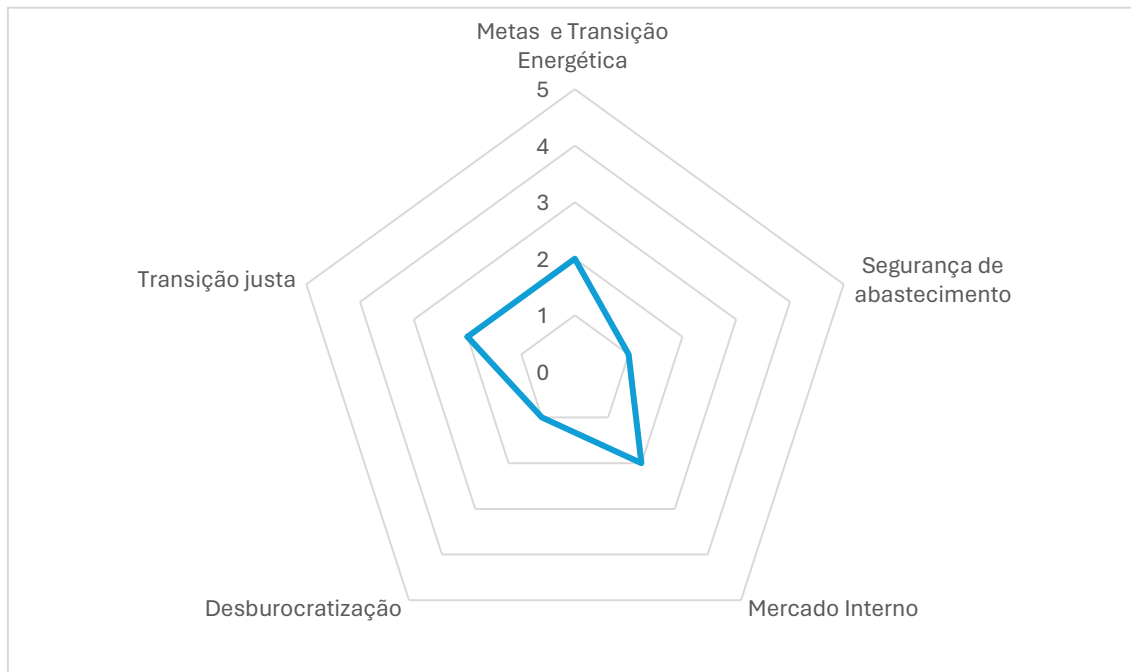
ANÁLISE PROGRAMAS ELEITORAIS

Breve análise aos Programas Eleitorais dos Partidos Políticos com assento parlamentar.



RESUMO PROGRAMAS ELEITORAIS

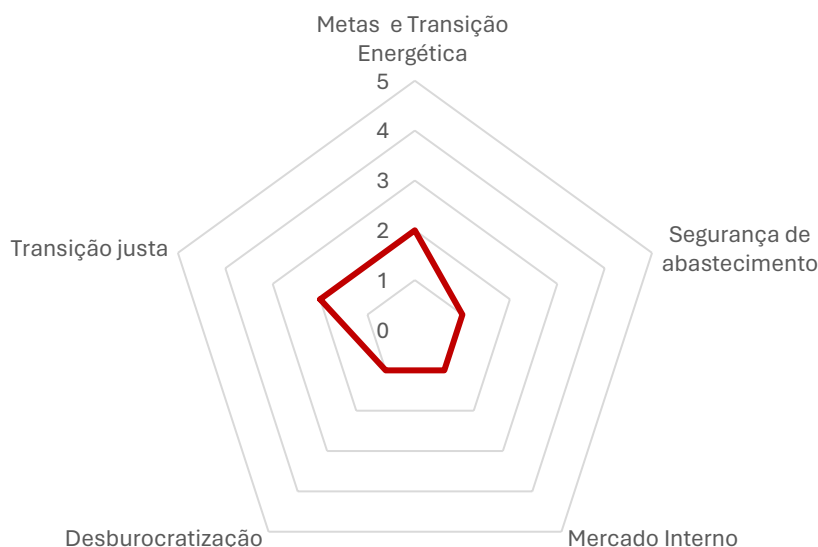
INICIATIVA LIBERAL



AMBIENTE E CLIMA

“Implementar um mercado único de Energia abundante, barata, verde, cumprindo o imperativo de uma Europa competitiva e sustentável, satisfazendo critérios descarbonizantes, sempre no respeito do princípio da neutralidade tecnológica;“

“Políticas de economia circular, que passam por melhor regulação da produção e consumo, de facilitação do reaproveitamento de recursos, e de gestão de resíduos.”



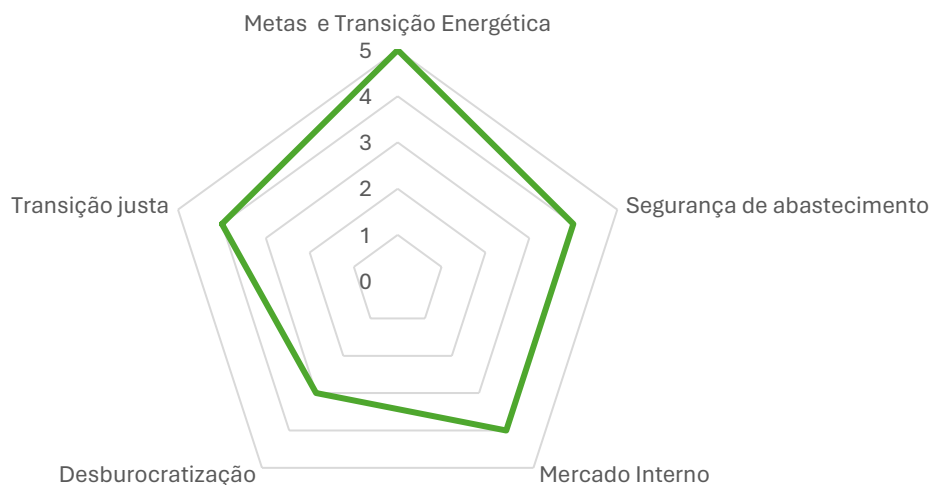
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

“Substituição da atual abordagem de mercado por uma abordagem normativa na redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE), que tenha em conta, além da fixação de imprescindíveis metas de redução, a definição de meios suficientes para as alcançar, no respeito pelo princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada; articulação desta abordagem com o desenvolvimento de tecnologias hipocarbónicas e a progressiva disseminação das melhores tecnologias disponíveis.”

“Promoção da eficiência energética e de um maior aprovisionamento energético oriundo de fontes renováveis, privilegiando os recursos endógenos de cada país, a par da racionalização dos consumos, no quadro do respeito pelo direito soberano de cada país de definir a sua política energética e o seu combinado de fontes de energia.”

“Correção das distorções e enviesamentos de mercado existentes na regulamentação da UE, que tendem a favorecer o negócio «verde», mesmo que com sacrifício de objetivos e valores ambientais (como são os casos da destruição de áreas de habitats naturais para instalação de projetos de energias renováveis sem avaliação de impacto ambiental e da legislação tendente à privatização da água).”

“Rejeição da mercantilização do ambiente, de que é exemplo o mercado do carbono, no qual se integra o regime de comércio de licenças de emissão da UE.”



DEFENDER O PACTO CLIMÁTICO EUROPEU 2050 REVIGORADO E MAIS AMBICIOSO

“Traremos novo vigor ao Pacto Climático Europeu, estabelecendo objetivos mais ambiciosos: para a diretiva referente à redução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa; para uma maior aposta nas fontes de energia renováveis; para uma diminuição geral do consumo de energia, indo além dos 35%; e para a necessidade de atingir a Neutralidade Carbónica, considerando a pegada do transporte aéreo e marítimo.”

“A UE deve reforçar o seu papel regulador e passar uma mensagem forte: as metas de descarbonização não podem ser atingidas à custa das comunidades locais, que frequentemente sofrem os maiores impactos das grandes centrais fotovoltaicas e/ou eólicas e delas retiram poucos ou nenhuns benefícios. É necessário devolver o poder às comunidades locais e compensar devidamente os impactos ambientais causados por estas mega-instalações de energia renovável. Só assim conseguiremos promover uma justiça ambiental e distributiva.

Por isso, defendemos que todos os leilões públicos em países da UE incorporem condições que obriguem ao envolvimento das comunidades locais, seja através da criação de cooperativas ou associações locais para investirem parte dos lucros dos projetos na criação de valor local, diminuição do preço da eletricidade, ou investimento no projeto e participação nas tomadas de decisão. Igualmente, os Estados-Membros devem promover medidas legislativas e reguladoras no mesmo sentido para investimentos privados em energias renováveis.”

“Por fim, defendemos mais apoios e incentivos às energias solar e eólica descentralizadas, reduzindo os impactos ambientais e deixando nas comunidades e empresas locais a geração e manutenção da sua própria eletricidade.”

AUMENTAR TARIFAS TRANSNACIONAIS SOBRE OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

“Propomos aumentar os preços do carbono para alinhar a Europa com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, através da criação de uma taxa de carbono progressiva e indexada ao nível de desenvolvimento e às emissões de cada país. Propomos também um reforço do Mecanismo de Ajuste de Carbono da Fronteira da UE, concretizando taxas de carbono fronteiriças e que inflacione, de acordo com a urgência atual, os produtos com elevada pegada carbónica importados de países terceiros. Este reforço procura incentivar externamente a descarbonização da economia. Queremos reformar, por fim, o regime de comércio de emissões, reduzindo o número de certificados de emissão e incluindo um maior número de sectores industriais, bem como de outros gases com efeito de estufa, na sua esfera de ação.”

BENEFICIAR INVESTIMENTO VERDE

“Os apoios financeiros aos diferentes sectores são vários, mas apenas alguns têm em conta a sustentabilidade. De forma a acelerar a corrida à neutralidade carbónica, ao bom estado ambiental e a tornar os bens e serviços ecologicamente responsáveis e mais acessíveis, sugerimos uma majoração ambiental para todos os financiamentos europeus. Esta majoração definiria qual a percentagem de financiamento uma entidade receberia a mais caso o projeto atingisse metas ambientais, como a neutralidade carbónica ou os objetivos do desenvolvimento sustentável.”

TECNOLOGIAS VERDES EUROPEIAS

“Queremos a criação do comum «conhecimento de tecnologias verdes europeias» nos sectores da energia renovável, da purificação de água, do tratamento de águas residuais, da remediação ambiental, da gestão de lixo ou eficiência energética, entre outros. Todas as tecnologias desenvolvidas nestes sectores serão de acesso livre, sem possibilidade de patentes. Não há constituição de monopólios e racionamento pelo mercado. 35 Os centros de investigação privados europeus ativos poderão ter apoio direto da União, consubstanciado numa parceria e financiado por fundos estruturais. Os privados não podem patentear, mas podem informar o público das suas realizações e implicações positivas na necessária sustentabilidade ecológica.”

APOIAR A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

“(…) Propomos enquadramento jurídico de incentivo à utilização de equipamento de produção de energias renováveis em locais onde os mesmos não impliquem a destruição da biodiversidade existente. Incentivamos, também, este enquadramento a espaços de utilização agrícola.”

“A produção de energia elétrica através de fontes renováveis é, por natureza, intermitente e imprevisível. No entanto, as formas de armazenamento de energia tradicionais não estão preparadas para armazenar grandes quantidades de energia. É, por isso, essencial investir em baterias mais sustentáveis e eficientes para dar suporte à rede elétrica ou investigar outras possibilidades de armazenamento como as oferecidas pelo hidrogénio verde.”

PRIORIZAR AS COMUNIDADES LOCAIS NA TRANSIÇÃO

“Queremos promover a participação das comunidades locais em projetos de grande impacto ambiental – como a construção de centrais eólicas ou solares – exigindo uma coparticipação ou cofinanciamento das comunidades locais nestes projetos, mitigando desta forma os impactos sociais, ambientais e económicos, garantindo um acesso justo das comunidades aos benefícios gerados pelo projeto.”

“Defendemos medidas de justiça distributiva e ambiental para estes projetos que incentivem as comunidades locais a participarem e a tomarem decisões sobre os mesmos. Desta forma, beneficiamos não apenas estas comunidades do ponto de vista social, ambiental e económico, mas também os próprios projetos que passarão a estar desenhados à medida das preocupações e necessidades locais.”

INTERLIGAR A EUROPA NA PRODUÇÃO E TRANSPORTE DE ENERGIA

“Apostamos na melhoria da interligação elétrica entre Estados-Membros de forma a permitir uma maior capacidade de resposta às diferenças de preços spot dos vários mercados energéticos a operar na Europa. Esta medida faz parte de um caminho para o Mercado Único Europeu de Energia, onde todas as pessoas têm acesso de igual forma à energia elétrica.

Além da evidente resposta às flutuações de preços, a melhoria da interligação elétrica permite otimizar o uso e distribuição da energia elétrica na União Europeia. Atualmente, os Estados-Membros que mais energia de fontes renováveis produzem, praticam preços que poderão desincentivar o investimento em novas tecnologias, mais sustentáveis.

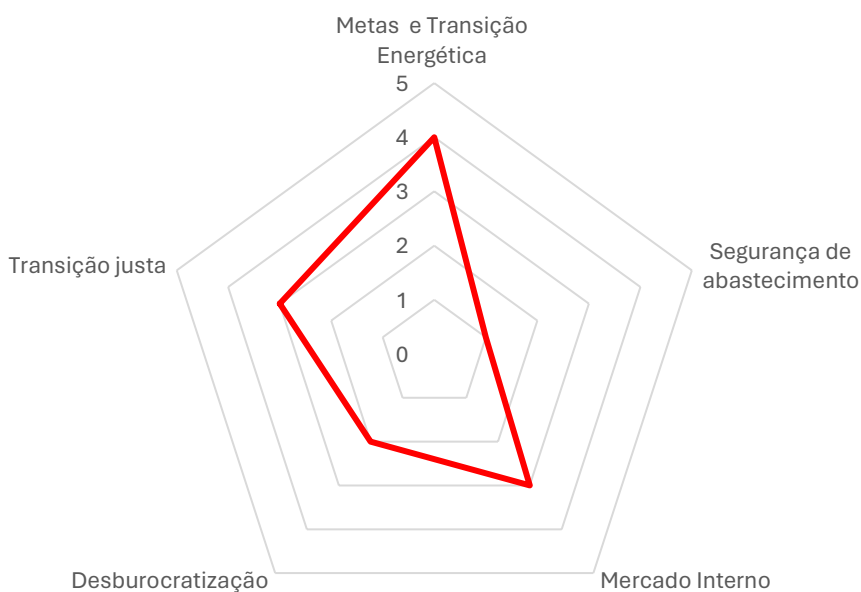
Defenderemos o investimento no reforço das interligações entre os Estados-Membros, de forma a que a venda de energia de fontes renováveis mais barata a países com menor acesso a estas mesmas fontes torne os investimentos mais atrativos e promova um acesso mais equitativo à energia a custos reduzidos em toda a UE.

Acreditamos que, desta forma, iremos assegurar mais autonomia e segurança energética, diminuindo a dependência da UE de recursos fósseis provenientes de outros países e regiões.”

CRIAR O FUNDO DE TRANSIÇÃO VERDE E SOCIAL

“Criaremos um fundo europeu – equivalente a, pelo menos, 1% do PIB anual da União Europeia – que financie projetos de infraestruturas verdes: transportes públicos ferroviários, energias renováveis, a melhoria da rede elétrica ou a resolução da crise da habitação. Este fundo também ajudará na criação de empregos verdes e qualificados, necessários para a Transição Verde. Com a sua criação, o fundo apoiará os Estados-Membros com menores recursos económicos, assim como os sectores afetados pela Transição Verde.”

BLOCO DE ESQUERDA



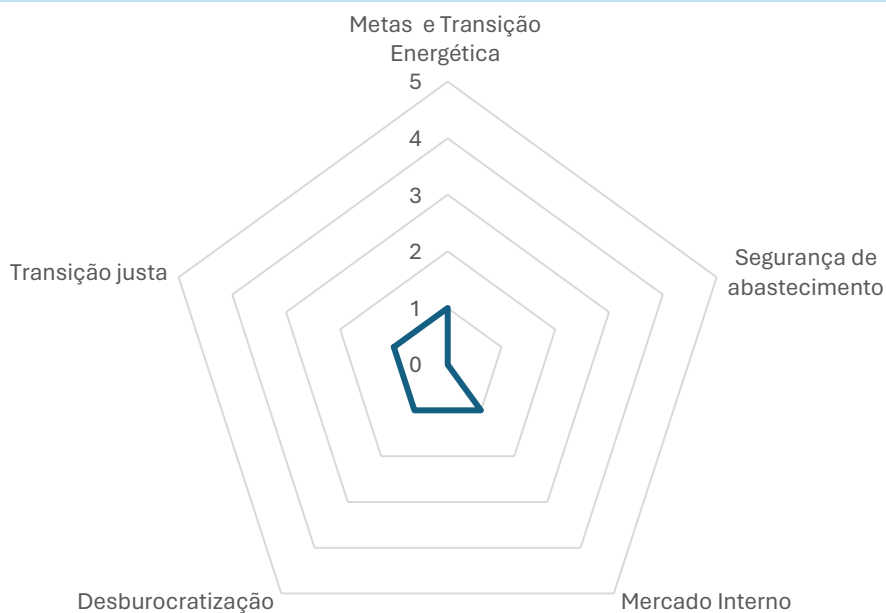
DESCARBONIZAR

“As instituições europeias continuam a financiar projetos de investimento em energias fósseis, enquanto o nuclear e o gás passam a ser considerados fontes “limpas” de energia. É na energia que se encontram os maiores fatores de dependência externa, como foi possível verificar de forma evidente no contexto da crise que precedeu a invasão da Ucrânia e a partir desta. Portugal é um dos países com maior produção de energia renovável e deve assumir protagonismo na exigência de uma mudança consequente a nível europeu”

“Reduzir as emissões com efeito estufa em 65% (face aos valores de 1990) até 2030 e estabelecer o objetivo de zero emissões até 2040, fim dos subsídios às indústrias fóssil e de elevado risco ambiental, aderir ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, reclassificar o gás e o nuclear como energias poluentes, incluir critério de planificação ecológica para a mitigação e adaptação às alterações climáticas na alocação dos fundos europeus.”

CUMPRIR A TRANSIÇÃO JUSTA

“Criar 10 milhões de empregos para o clima até 2030, apoiar trabalhadores de setores da economia em reconversão, produzir de energia limpa e descentralizada, garantir eficiência energética na habitação acessível a todas as pessoas, fazer a transição da mobilidade automóvel para transportes coletivos a energias renováveis à escala nacional e europeia.”



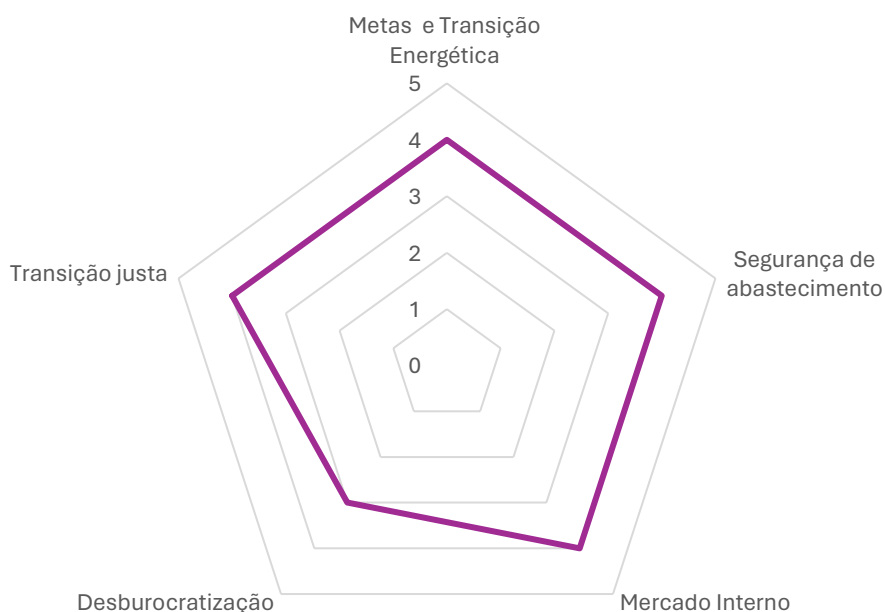
AGRICULTURAS, PESCA E AMBIENTE

“A desburocratização e simplificação fiscal dos processos de licenciamento, financiamento e candidaturas aos fundos europeus por forma a aumentar a riqueza primária gerada nos territórios, promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego;

Despolitização da agenda verde europeia combatendo todas as formas de limitação de liberdades individuais ou que coloquem em causa a soberania nacional;

Revisão do “Green Deal” combatendo as injustiças sociais em nome da transição energética, garantindo o desenvolvimento económico e social do bloco europeu;

Revisão do mix energético europeu, auxiliando Nações que queiram investir na produção de energia via nuclear;”



UMA UE VERDE E DIGITAL

“Promover uma economia verde, circular e neutra em carbono, assente em tecnologias limpas, em métodos de produção e de consumo sustentáveis e em empregos qualificados e bem remunerados, aplicando o Plano Industrial do Pacto Ecológico;”

“Prosseguir os esforços de mitigação das alterações climáticas (definindo a meta de redução das emissões de GEE para 2040, com vista a atingir a neutralidade carbónica até meados do século) e investir na adaptação às alterações climáticas, seja na gestão florestal e na prevenção dos fogos rurais, seja na resiliência hídrica e na definição de estratégias para lidar com a escassez de água, por exemplo através da adoção de um programa ReWaterEU (à semelhança do bem-sucedido RePowerEU, que congregou recursos para alcançar uma maior diversificação e segurança energética da UE)”

“Garantir o acesso de todos os europeus a energia limpa, segura e económica, combatendo as situações de pobreza energética;”

“Acelerar a interligação energética entre EM, tanto de eletricidade como de gás, e em especial de gases renováveis, a fim de instituir uma autêntica União da Energia, capaz de alcançar a soberania energética e a neutralidade climática da Europa, bem como de proporcionar preços mais uniformes e uma maior segurança de abastecimento a todos os europeus;”

UMA UE SOCIAL, QUE NÃO DEIXA NINGUÉM PARA TRÁS

“Frisar que a justiça climática e a justiça social estão inexoravelmente interligadas, pelo que o Pacto Ecológico tem de ser simultaneamente um Pacto Social; “

“Mobilizar o Fundo Social para a Ação Climática, recentemente aprovado, para mitigar alguns dos impactos e custos que as populações mais vulneráveis vão sofrer em resultado da transição verde;“

“Trabalhar afincadamente com os agricultores e em diálogo permanente com o mundo rural para acautelar as suas preocupações e garantir um equilíbrio justo e harmonioso entre o desenvolvimento do setor primário e o combate às alterações climáticas, na certeza de que a produção agrícola e a transição verde não são desígnios contraditórios, sendo possível e desejável, para todos, encontrar um compromisso que preserve a natureza, garanta a segurança alimentar, valorize a atividade agrária e proporcione um rendimento satisfatório aos agricultores;”

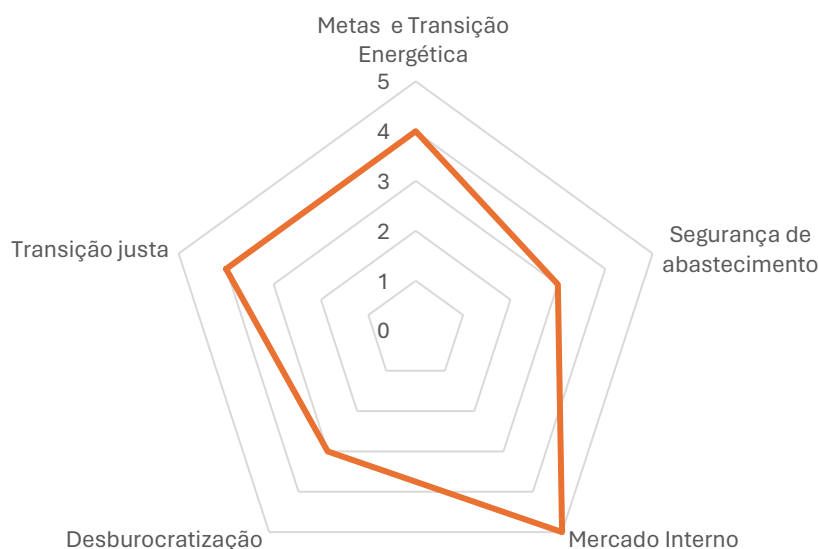
UMA UE MAIS AUTÓNOMA

“Evitar que, relativamente a algumas tecnologias essenciais (como as baterias, os microchips ou o carro elétrico), se repita o que sucedeu com a introdução desregulada no mercado europeu de painéis solares a preços subsidiados, destruindo um cluster industrial da maior importância e deixando a UE mais vulnerável face ao exterior;”

“Garantir a plena execução da lei relativa à indústria de impacto zero, assegurando não só a descarbonização da economia europeia, mas também a segurança de abastecimento e acesso a tecnologias limpas, bem como a competitividade da UE na sua produção e comercialização;”

“Assegurar a aplicação da lei relativa às matérias-primas críticas, a fim de impedir que, dentro de alguns anos, a UE se venha a encontrar na mesma situação de dependência que alguns EM tinham dos combustíveis fósseis russos;”

ALIANÇA DEMOCRÁTICA



TRABALHO

“Fazer da Península Ibérica uma fonte de produção de energias limpas para a Europa, em particular de energia renovável;”

AMBIENTE

“Definição de metas climáticas intermédias para 2040, num roteiro até à neutralidade climática;”

“Aceleração do reforço de postos de carregamento elétrico e transportes públicos ambientalmente sustentáveis, com vista à adoção generalizada de meios de mobilidade com menores emissões;”

“Eliminar progressivamente os subsídios aos combustíveis fósseis, apoiando cidadãos e indústrias aos quais seja mais custoso fazer a transição;”

“Implementação do Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono, com vista a proteger o planeta e criar condições de concorrência justas entre a indústria europeia e do resto do mundo;”

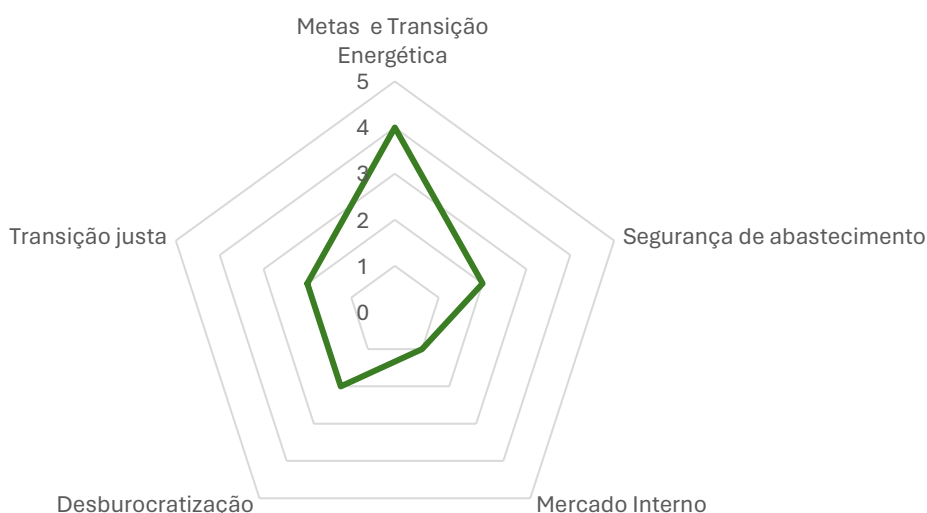
“Economia Circular de CO₂. Estabelecer uma economia circular de CO₂ em toda a Europa, com tecnologias de captura, utilização e armazenamento de carbono;”

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

“Promover um Acordo de Competitividade em Tecnologia Limpa. A Europa conquistou a liderança tecnológica em setores estratégicos, dos eletrolisadores às baterias, das turbinas eólicas ao aço sustentável. As PME mais inovadoras estão a esforçar-se para ampliar estas tecnologias e trazer a liderança industrial para a Europa;”

“Aprofundamento de uma União da Energia como eixo fundamental da autonomia estratégica, com aposta nas energias renováveis, na eficiência energética, na descarbonização e no recurso ao hidrogénio, em particular na indústria;”

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

“Reduzir emissões e alcançar a neutralidade carbónica – é essencial reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O PAN propõe que até 2030 a Europa tenha, pelo menos, 55% da sua energia livre de carbono, alcançando a neutralidade carbónica total até 2040;”

“Acabar com a energia nuclear e acelerar o desmantelamento das respetivas centrais;”

“Aumento da utilização de energias renováveis;”

“Incentivar a produção descentralizada de energias renováveis com base em soluções locais, nomeadamente em comunidades energéticas, o aquecimento e refrigeração de base renovável em residências e indústrias (como bombas de calor, energia geotérmica, etc.) e o autoconsumo;”

“Eliminação progressiva de todos os subsídios e apoios públicos a combustíveis fósseis até 2030. Os recursos não aplicados nesses subsídios devem ser alocados para o financiamento de energias renováveis, redes elétricas mais eficientes e numa transição justa para uma economia realmente verde;”

“A UE deve liderar a transição energética, desenvolvendo um sistema de produção de energia 100% renovável até 2040, apostando na eletrificação de sistemas, na mobilidade suave e na expansão da rede de carregamentos elétricos;”

ECONOMIA VERDE E INOVAÇÃO

“Facilitar as modalidades de propriedade comunitária de projetos de energia renovável, oferecendo-se aos cidadãos e cidadãs o poder direto sobre as decisões neste âmbito;”

“Estimular o crescimento económico sustentável através do investimento em energias renováveis, tecnologias limpas e inovação verde, criando empregos e oportunidades económicas para os cidadãos europeus;”

“Fomentar a independência energética das pessoas e comunidades através da criação de incentivos à produção, distribuição e consumo de energias 100% limpas e renováveis;”